

## **RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E ESTATUTÁRIO - CAE Exercício de 2023**

Em cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016, conforme segue e o disposto no Regimento Interno do CAE, a saber:

*“Art. 24. A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão possuir em sua estrutura societária Comitê de Auditoria Estatutário como órgão auxiliar do Conselho de Administração, ao qual se reportará diretamente.*

*§ 1º Competirá ao Comitê de Auditoria Estatutário, sem prejuízo de outras competências previstas no estatuto da empresa pública ou da sociedade de economia mista: .... VII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras; .....*”

O CAE apresenta, a seguir, o seu Relatório Anual relativo a 2023.

## **RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E ESTATUTÁRIO - CAE Exercício de 2023**

A Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR, é uma empresa pública autorizada pela Lei Estadual nº 14.033, de 29 de junho de 2012 e vinculada à Secretaria Estadual dos Transportes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

É regida pelo seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593, de 19 de setembro de 2012.

A partir de setembro de 2021 a EGR passou a administrar 12 praças de pedágio, devido a concessão das praças de Venâncio Aires e Candelária para a iniciativa privada.

Em fevereiro de 2023 foram entregues para a iniciativa privada os trechos das rodovias RSC-240 e RSC-122 que abrangem as praças de Flores da Cunha e Portão.

Até 02/2023 a empresa estava autorizada pelo Governo do Estado a administrar 12 praças de pedágio – atualmente - 2023, por tempo indeterminado, está autorizada a administrar 10 praças de pedágio aplicando seus recursos em 13 rodovias, abrangendo 44 municípios do Estado.

A EGR tem por objetivo realizar a manutenção e os investimentos necessários nos trechos sob sua jurisdição.

## **O contexto em 2023**

O ano iniciou com a continuidade das ações operacionais em 10 praças de pedágio, porém com atenção na suspensão temporária de possíveis novos processos licitatórios de concessão de novas praças.

Considerando a manutenção do status quo, as ações com base em um planejamento continuaram sendo substituídas por ações de manutenção das operações e adequação destas à continuidade do cenário de suspensão temporária do calendário de novas concessões.

No âmbito operacional externo, em 2023 a EGR manteve em funcionamento as 10 praças e procedido nas manutenções necessárias das rodovias, através das equipes de fiscalização e monitoramento da situação.

No âmbito interno, chamamos a atenção para a redução do quadro de pessoal por escolha dos próprios funcionários, decorrente do processo de desestatização em curso, onde no período saíram 06 funcionários, dentre estes, contadores, mantendo um extenso período sem titulares na função.

Esta situação danosa à empresa - a ausência de contadores por vários períodos - fez com que a empresa ficasse com parte do trabalho de escrituração e cumprimento das obrigações fiscais da área atrasados. Foi necessária a contratação de empresa de contabilidade para concluir a escrituração e respectivos demonstrativos contábeis relativos a 2023.

Decorrente desta realidade, ao longo do ano, a EGR não teve condições de elaborar e entregar relatórios e demonstrativos mensais ao CAE, aos Conselhos, aos órgãos públicos de controle e à empresa de auditoria externa, o que veio a ocorrer somente no final de 2024.

Importante salientar que o CAE só recebeu as Demonstrações Contábeis de 2023 em Dezembro/2024, e de forma consolidada, o que impediu o trabalho de acompanhamento mensal da evolução patrimonial e financeira da empresa, conforme amplamente registrado nas ATAS de reunião do CAE ao longo de 2023 e 2024.

Não foi diferente com o parecer e demais demonstrativos e comentários da Auditoria Externa, os quais só chegaram ao conhecimento do CAE em 18/12/2024.

## **Das Demonstrações Financeiras**

Pelo acima exposto e por não ter feito o tempestivo acompanhamento mensal dos balancetes, demais demonstrativos, conciliações, dentre outras dificuldades, limitações estas largamente registradas nas atas de reuniões mensais, o CAE não procederá a avaliação e análise das informações contidas nas Demonstrações Contábeis e no parecer da Auditoria Externa.

## **Dos trabalhos e ações do CAE**

Da análise das documentações, o CAE ratifica, novamente, a sugestão de especial atenção às ações administrativas e judiciais de cobrança de tributos, ações estas em valores consideráveis e que merecem o competente provisionamento no limite mínimo de possibilidade de passar a ser devido, se for o caso, bem como especial atenção também nas demais pendências judiciais em curso, de valores significativos, os quais sugerem a necessidade de uma centralização de acompanhamento dos processos, a fim de melhor subsidiar a Diretoria e o Conselho de Administração quanto aos seus desdobramentos e repercussões patrimoniais.

Ratificamos, novamente, a importância de especial atenção da Diretoria e do Conselho de Administração da EGR para os efeitos negativos futuros ao equilíbrio econômico e financeiro da empresa advindos da conjunção de 05 fatores, a saber:

1 - A não majoração dos preços dos pedágios proposta pela Diretoria e não autorizada pelo Governo do Estado por conta dos efeitos negativos da Pandemia, majoração esta necessária para absorver os contínuos aumentos de preço dos insumos e demais materiais necessários à manutenção das rodovias sob jurisdição da EGR.

2 - A transferência definitiva de 04 praças de pedágio em setembro de 2021 e fevereiro de 2023, cujo impacto nas variações patrimoniais correlatas ainda não estariam suficientemente identificados e vão requerer ações de gestão e o inevitável comprometimento do acionista majoritário – Estado do RGS, na busca do equilíbrio econômico e financeiro da EGR.

3 – O foco no equacionamento de pendências judiciais tributárias potenciais e em curso, em função dos montantes consideráveis vinculados.

4 – o risco potencial permanente de perda de pessoal técnico e suas repercussões negativas quer pela perda da “memória” operacional, quer pela demora na reposição dos profissionais. Aqui cabe enfatizar que a estrutura operacional, administrativa e financeira mínima será sempre necessária com 10, 8, 4 ou 1 praça de pedágio.

5 – a necessária atualização das escriturações, relatórios, obrigações principais e acessórias, informações a órgãos de controle que restaram prejudicadas pelo extenso tempo de falta de contadores na EGR.

O CAE ratifica o posicionamento exarado no Relatório Anual de 2022, o qual reproduzimos a seguir:

“Em que pese a existência do Plano de Concessões do Estado do Rio Grande do Sul, o qual determina que todas as rodovias que estão sob a administração da EGR deverão ser entregues para a iniciativa privada no formato de concessões até o final

do exercício de 2026, o CAE ratifica a orientação de que a EGR tenha a responsabilidade e o compromisso de manutenção e de investimentos nas rodovias sob sua jurisdição, até que a última seja concedida à iniciativa privada, sendo necessário que a EGR tenha as condições mínimas de operacionalidade.

Mas deve fazê-lo sem abdicar do necessário equilíbrio econômico e financeiro da empresa, equilíbrio este a ser alcançado com ações de gestão e/ou com o aporte de recursos do acionista majoritário, o Governo do Estado do RGS.

Não menos importante e diretamente vinculado à operacionalidade mínima de cada praça e à busca do equilíbrio econômico e financeiro da EGR, ratificamos o alerta ao Conselho de Administração e à Diretoria sobre a imperiosa necessidade da existência de um plano de redução gradual dos custos como forma de adequação das despesas às receitas a partir da efetivação de novas transferências de concessões, bem como de manter o acionista majoritário periodicamente atualizado sobre a situação patrimonial e financeira da EGR, presente e futura, cuja participação financeira mediante novos aportes de Capital inexoravelmente, deverão ser necessários, assim como foi em 2023.”

Por último, registramos e testemunhamos o esforço pessoal do Presidente da EGR, Engº Luís Fernando Pereira Vanacor, na incansável busca de ajuda e de soluções para as extensas e complexas dificuldades enfrentadas em 2023 e que continuaram em 2024.


Porto Alegre, 23 de dezembro de 2024.

#### COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - CAE


MARGARETE BAUER DOS  
SANTOS:20567901068

Assinado de forma digital por  
MARGARETE BAUER DOS  
SANTOS:20567901068  
Dados: 2024.12.20 17:53:17 -03'00'

Margarete Bauer dos Santos

Documento assinado digitalmente  
 NAHIANE PASTRO DA ROSA LINCK  
Data: 22/12/2024 22:26:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nahiane Pastro da R. Link

Documento assinado digitalmente  
 ROGERIO ALVES RIOS  
Data: 20/12/2024 18:01:59-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rogério Alves Rios

**Relatório dos Auditores Independentes e  
Demonstrações Contábeis**

**Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR**

31 de dezembro de 2023

**Aos  
Diretores da  
Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR  
Goiânia – GO**

**Referência: Relatório de Auditoria**

Prezados,

Pelo presente encaminhamos aos cuidados da diretoria das Relatório de Auditoria da Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR, nosso parecer acerca dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023.

Atenciosamente,

Fabíola Aleixo

## Relatório de recomendações de Auditoria: Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023

### Índice

Introdução	4
Desenvolvimentos dos trabalhos	4
Informações sobre a Entidade de Auditoria	4
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	5
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanco patrimonial	09
Demonstração dos resultados do exercício	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis	13



## Introdução

Este relatório constitui parte de nosso exame inerente à revisão das operações e controles contábeis, da Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR, inscrita no CNPJ (MF) nº nº 16.987.837/0001-06, com sede na cidade de Porto Alegre/RS,.

## Desenvolvimentos dos trabalhos

Nossos trabalhos foram desenvolvidos de acordo com com Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a NBC ITG 2002 – Entidade Sem Fins Lucrativos as Normas Brasileiras de Contabilidade e Auditoria, emanada pelo Conselho Federal de Contabilidade, bem como melhor doutrina aplicável e atualmente em trabalhos de auditoria de Companhias públicas, Pronunciamentos Técnicos CPC, Lei 6.404/76 (atualizada), Lei nº 4.320/1964, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

## Informações sobre a Empresa de Auditoria

A AWS Auditoria e Consultoria é uma empresa que trabalha na prestação de serviços de auditoria de asseguração e consultoria tributária, contábil e corporativa. A AWS conta com um time de profissionais dedicado aos serviços de auditoria, com experiência nos setores de comércio, indústrias, serviços e entidades sem fins lucrativos. Nossa atuação é pautada pelo rigor na adoção das boas práticas de governança corporativa e pela ética na condução dos negócios.



## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros e Administradores da  
Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR  
Porto Alegre/RS,

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Relatório de recomendações de Auditoria: Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades do terceiro setor.

### Base para opinião com ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Relatório de recomendações de Auditoria da Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

- i) No ativo circulante, a conta de Contas a Receber apresenta um saldo de **R\$10.631.423,28** (nota explicativa nº 5). Identificamos uma divergência de **R\$3.389.562,66** em relação ao relatório fornecido pelas operadoras. Além disso, não foram encontradas evidências de que tenha sido realizado o registro de PECLD – Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa, conforme exigido pelo CPC de nº48. Devido à política adotada, concluímos que o Contas a Receber não está mensurado ao seu valor real recuperável através da PECLD. Diante disso, não emitimos opinião sobre este assunto.
- ii) Constatamos que não há evidências suficientes e apropriadas que a Empresa realiza a conciliação dos impostos a recuperar com saldo de **R\$ 14.886.279,15**, não foi apresentado relatórios que suportem o número apresentado (nota explicativa n.9). Em face do exposto, não emitimos opinião acerca desse assunto.
- iii) Constatamos que não há evidências suficientes e apropriadas de que a Empresa efetua conciliação contábil do intangível com saldo de **R\$ 73.347.074,76** (nota



explicativa n.11). Não foi realizado o teste do valor recuperável dos ativos registrados conforme NBC TSP 09 – Redução ao valor recuperável do ativo não gerador de caixa e NBC TSP 10 – Redução ao valor recuperável de ativo gerador de caixa, o que não permitiu avaliar a existência de possíveis perdas de ativos registrados com valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda relativo ao ativo. Em face do exposto, não emitimos opinião acerca desse assunto.

- iv) Constatamos que não há evidências suficientes e apropriadas que a Empresa realiza a conciliação dos fornecedores com saldo de **R\$ 5.227.113,84**, não foi apresentado relatórios que suportem o número apresentado (nota explicativa n.13). Em face do exposto, não emitimos opinião acerca desse assunto.

## Ênfase

- i) Conforme delineado nas informações gerais das notas explicativas, o plano de concessões do Estado do Rio Grande do Sul estipula que todas as rodovias sob a administração da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) sejam transferidas à iniciativa privada por meio de concessões. Em fevereiro de 2023, foram entregues à iniciativa privada os trechos das rodovias RSC-240 e RSC-122, abrangendo as praças de pedágio de Flores da Cunha e Portão. No entanto, não foi estabelecida uma data para a conclusão deste plano de concessões. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional da companhia. Importa ressaltar que elas não contemplam eventuais ajustes ou ressalvas que possam advir das incertezas relacionadas ao andamento do plano de concessões. Este aspecto é relevante para a compreensão das demonstrações financeiras no contexto atual.
- ii) A companhia está envolvida em disputas judiciais relativas à imunidade tributária sobre seus tributos federais e municipais, conforme detalhado nas notas explicativas de números 3.4, 10, 14 e 16. Até a data de apresentação destas notas explicativas, a empresa mantinha no ativo a quantia de R\$ 43.904.843,63 em depósitos judiciais, dos quais apenas R\$ 124.193,15 referem-se a outros depósitos judiciais de naturezas diversas. Em contrapartida, no passivo, há uma provisão totalizando R\$ 126.844.419,35.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria acerca desse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Portanto concluimos que não temos nada a relatar.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis



A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR - continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Relatório de recomendações de Auditoria: Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR - são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

A auditoria das demonstrações financeiras de dezembro de 2022 foi conduzida por outro auditor, que expressou uma opinião na data de 21 de julho de 2023. Em decorrência disso, nossa responsabilidade é limitada aos saldos de abertura sobre os quais obtivemos evidência de auditoria suficiente e apropriada durante nosso trabalho. Não realizamos procedimentos de auditoria retrospectivos sobre os saldos de abertura, pois dependemos do trabalho realizado pelos auditores anteriores. Conseqüentemente, nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do período corrente não abrange os saldos do período anterior.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 12 de dezembro de 2024.



AWS AUDITORES  
INDEPENDENTES: 159  
11902786000159  
Assinado de forma digital por  
AWS AUDITORES  
INDEPENDENTES:11902786000  
159  
Dados: 2024.12.17 23:09:23  
-03'00'

AWS Auditoria e Consultoria Ltda  
CRC-GO 003535/O-1

DAYENE  
ESTEVES DA  
SILVA:99398672  
120  
Assinado de forma digital por DAYENE  
ESTEVES DA  
SILVA:99398672120  
Dados: 2024.12.17  
23:10:01 -03'00'

Dayene Esteves  
CRC-GO 022862/O-0 –  
CNAI/CVM 7693

FABIOLA  
ALEIXO DA  
SILVA:73132489  
115  
Assinado de forma digital por FABIOLA  
ALEIXO DA  
SILVA:73132489115  
Dados: 2024.12.17  
23:09:44 -03'00'

Fabiola Aleixo  
CRC-GO 023578/O-9 –  
CNAI/CVM 7644



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S/A

Balço Patrimonial – em 31 de dezembro de 2023

EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S/A  
 CNPJ nº 16.987.837/0001-06

	Notas	2023	2022
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>55.271.568,65</b>	<b>27.459.309,94</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	44.114.489,77	16.415.658,41
Contas a Receber	5	10.643.122,88	10.890.164,20
Depósitos Judiciais	6	315.851,95	20.751,29
Adiantamentos	7	198.104,05	132.736,04
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>132.176.486,54</b>	<b>130.218.194,14</b>
Créditos e valores	8	2.536,23	2.536,23
Impostos a recuperar	9	14.886.279,15	14.886.279,15
Depósitos Judiciais	10	43.904.843,63	38.445.918,10
Outros Valores a Receber		35.752,77	35.752,77
<b>Imobilizado</b>	11	<b>86.539.204,79</b>	<b>87.992.971,34</b>
<b>Tangível</b>	11	<b>4.997.967,22</b>	<b>4.345.206,57</b>
Móveis e Utensílios		317.445,23	346.244,90
Máquinas		10.388,00	10.388,00
Equipamentos		2.351.251,40	1.831.591,70
Computadores e periféricos		2.086.962,87	1.925.062,25
Impressoras		231.919,72	231.919,72
<b>Intangível</b>	11	<b>84.594.238,55</b>	<b>90.142.682,46</b>
Software		788.781,16	788.781,16
Imóveis		80.752.456,41	82.858.983,61
Projetos		3.036.214,11	3.036.214,11
Obras em andamento		16.786,87	3.458.703,58
<b>Depreciação - Amortização</b>	11	<b>(16.245.131,01)</b>	<b>(17.640.181,14)</b>
(-) Depreciação acumulada		(2.907.899,11)	(2.342.243,41)
(-) Amortização		(13.337.231,90)	(15.297.937,73)
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>187.448.055,19</b>	<b>157.677.504,08</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>122.360.368</b>	<b>120.417.226</b>
Obrigações Trabalhistas	12	1.041.748,72	1.208.369,26
Fornecedores	13	12.593.447,46	18.570.351,09
Tributos e Contribuições Federais	14	1.796.185,05	2.374.844,66
Tributos Municipais		99.477.336,67	90.460.569,95
Outras Obrigações a Pagar	15	7.218.526,35	7.597.140,80
Adiantamento de clientes		31.694,96	8.001,32
Cauções		201.428,62	197.948,57
		-	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>30.540.752,55</b>	<b>28.701.829,23</b>
<b>Provisões</b>		<b>27.940.752,55</b>	<b>26.101.829,23</b>
Tributos Federais	16	27.940.752,55	26.101.829,23
Provisão Para Entrega de Praças	17	2.600.000,00	2.600.000,00
		-	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>34.546.934,81</b>	<b>8.558.449,20</b>
<b>Capital Social</b>	18	<b>63.583.815,59</b>	<b>43.583.815,59</b>
Retenção de lucros		(97.578,50)	(97.578,50)
Reserva Legal		(34.927.787,89)	3.116.718,02
Prejuízos acumulados		-	-
Resultado do exercício		5.988.485,61	(38.044.505,91)
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>187.448.055,19</b>	<b>157.677.504,08</b>

**Demonstração do Resultado do Exercício – em 31 de dezembro de 2023**  
**EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S/A**  
**CNPJ nº 16.987.837/0001-06**

	Nota	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Receita Líquida</b>	<b>19</b>	<b>178.489.058,70</b>	<b>217.851.606,14</b>
Receita Bruta		224.909.735,28	271.869.140,65
(-) Deduções da Receita		(46.420.676,58)	(54.017.534,51)
<b>Custos Operacionais</b>	<b>20</b>	<b>(140.345.224,47)</b>	<b>(229.427.107,90)</b>
Custos		(140.345.224,47)	(229.427.107,90)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>38.143.834,23</b>	<b>(11.575.501,76)</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>21</b>	<b>(34.911.429,02)</b>	<b>(29.977.034,76)</b>
Despesas com pessoal		(8.111.158,57)	(8.280.313,13)
Depreciação e amortização		(6.032.044,30)	(3.437.672,90)
Despesas comerciais		(230.000,00)	(945.816,69)
Despesas administrativas		(20.538.226,15)	(17.313.232,04)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>22</b>	<b>3.506.204,55</b>	<b>4.616.369,12</b>
Despesas Financeiras		(67.446,50)	(21.672,88)
Receitas Financeiras		3.573.651,05	4.638.042,00
<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais</b>		<b>1.088.799,17</b>	<b>694.000,40</b>
<b>Resultado Operacional</b>		<b>7.827.408,93</b>	<b>(36.242.167,00)</b>
<b>Provisões Fiscais</b>	<b>23</b>	<b>(1.838.923,32)</b>	<b>(1.802.338,91)</b>
IRPJ/CSLL		(1.838.923,32)	(1.802.338,91)
<b>Resultado do Exercício</b>		<b>5.988.485,61</b>	<b>(38.044.505,91)</b>

**Demonstração do Valor Adicionado – em 31 de dezembro de 2023**  
**EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S/A**  
**CNPJ nº 16.987.837/0001-06**

DESCRIÇÃO	2023	2022
<b>1- RECEITAS</b>	<b>225.998.534,45</b>	<b>272.563.141,05</b>
1.1 Receita de Arrecadação de Pedágios	224.909.735,28	271.869.140,65
1.2 Outras Receitas	1.088.799,17	694.000,40
1.3 PCLD	-	-
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>161.113.450,62</b>	<b>247.686.156,63</b>
2.1 Custo de Operação	140.345.224,47	229.427.107,90
2.2 Despesas Operacionais	20.538.226,15	17.313.232,04
2.3 Despesas Comerciais	230.000,00	945.816,69
2.4 Outros	-	-
<b>3. Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>64.885.083,83</b>	<b>24.876.984,42</b>
4. Depreciação	(6.032.044,30)	(3.437.672,90)
<b>5. Valor Adicionado Líquido pela entidade</b>	<b>58.853.039,53</b>	<b>21.439.311,52</b>
<b>6. Valor Adicionado recebido em transferência</b>	<b>3.573.651,05</b>	<b>4.638.042,00</b>
6.1 Receita de aplicações	3.573.651,05	4.638.042,00
6.2 Resultado com MEP	-	-
6.3 Receita de dividendos	-	-
<b>7. Valor Adicionado total a distribuir</b>	<b>62.426.690,58</b>	<b>26.077.353,52</b>
<b>8. Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>(62.426.690,58)</b>	<b>(26.077.353,52)</b>
8.1 Pessoal e encargos	(8.111.158,57)	(8.280.313,13)
8.2 Impostos, Taxas e Contribuições	(48.259.599,90)	(55.819.873,42)
8.3 Remuneração de Capital de Terceiros	(67.446,50)	(21.672,88)
<b>8.4 Remuneração de CP</b>	<b>(5.988.485,61)</b>	<b>38.044.505,91</b>
8.4.1 - JCP	-	-
8.4.2 Dividendos	-	-
8.4.3 Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	5.988.485,61	(38.044.505,91)

**Demonstração do Fluxo de Caixa – em 31 de dezembro de 2023**

**EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S/A**  
**CNPJ nº 16.987.837/0001-06**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Fluxo de Caixa Operacional</b>		
Lucro/Prejuízo Líquido	5.988.485,61	(38.044.505,91)
Despesas com Depreciação	565.655,70	509.277,44
Despesas com Amortização	3.061.025,49	3.316.319,35
<u>Aumento/Diminuição do Ativo</u>		
Arrecadação das praças	249.041,32	(1.648.519,14)
Valores a receber	(2.000,00)	(3.181,88)
Depósitos Judiciais longo prazo	(5.754.026,19)	(11.778.622,72)
Aumento/Diminuição de impostos a recuperar	-	532.230,10
Adiantamento a fornecedores	(3.000,00)	
Adiantamento a empregados	(62.368,01)	
<u>Aumento/Diminuição do Passivo</u>		
Obrigações trabalhistas	(166.620,54)	189.890,46
Fornecedores	(6.053.593,28)	3.902.222,87
Obrigações Fiscais	8.438.107,11	10.529.452,76
Outras contas a pagar	(378.614,45)	(339.643,61)
Adiantamento de clientes	23.693,64	
Valores Retidos de Fornecedores	76.689,65	
Cauções	3.480,05	
Provisões	-	(874.643,69)
Imposto de renda pessoa jurídica longo prazo	1.838.923,32	1.324.719,79
<b>Caixa Líquido Atividades Operacionais</b>	<b>7.824.879,42</b>	<b>(32.385.004,18)</b>
<b>Fluxo de Caixa Investimentos</b>		
Aquisição/baixa de imobilizado	(652.760,65)	(553.838,51)
Aquisição/baixa de intangível	526.712,59	(1.296.322,59)
Aumento de Capital	20.000.000,00	-
<b>Caixa Líquido Atividades Investimentos</b>	<b>19.873.951,94</b>	<b>(1.850.161,10)</b>
<b>Fluxo de Caixa Financiamentos</b>		
<b>Caixa Líquido Atividades Financiamentos</b>		
<b>Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>27.698.831,36</b>	<b>(34.235.165,28)</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período</b>	<b>16.415.658,41</b>	<b>50.650.824,69</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período</b>	<b>44.114.489,77</b>	<b>16.415.658,41</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM


31 DE DEZEMBRO DE 2023.

EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S/A

CNPJ nº 16.987.837/0001-06

### 1. Informações Gerais

A Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR, é uma empresa pública (sociedade anônima de capital fechado), autorizada pela Lei Estadual nº 14.033 de 29/06/2012 e vinculada à Secretaria dos Transportes, é regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593 de 19/09/2012. A Companhia tem como objeto social a exploração da infraestrutura rodoviária mediante a cobrança de pedágios públicos, a exploração da infraestrutura poderá ser realizada em quaisquer rodovias pertencentes ao sistema Rodoviário do Estado do Rio Grande do Sul diante de outorga do governo do estado. Até 02/2023 a Companhia estava autorizada pelo governo do estado a administrar 12 praças de pedágio – atualmente, por tempo indeterminado, está autorizada a administrar 10 praças de pedágio aplicando seus recursos em 13 rodovias, abrangendo 44 municípios do estado.

 Quilometragem inicial e final, e extensão das rodovias da EGR pelo novos decretos					
Praça	Trecho	Rodovia	Km inicial	Km final	Extensão (km) Decreto
Campo Bom	Entr. BR-5116 (P/ Novo Hamburgo) – Riozinho (Fim TRV-Mun)	ERS-239	13,23	88,77	75,54
Santo Antônio da Patrulha	Entr. BR-290 (P/ Porto Alegre) - Entr. ERS-239 (Rolante)	ERS-474	0,00	32,64	32,64
Viamão	Entr. ERS-118 (P/ Passo do Fúza) – Entr. ERS-786 (Balneário Pinhal)	ERS-040	11,00	94,85	83,85
	Entr. ERS-786 (Cidreira) - Entr. ERS-040 (P/ Pinhal)	ERS-784	0,00	14,75	14,75
Três Coroas	Entr. ERS-239 (P/ Taquara) - Entr. ERS-235 (Gramado)	ERS-115	0,00	41,97	41,97
	Entr. BR-5116 (P/Caxias do Sul - Início TRV-Mun) - Entr. ERS-115 (Gramado)	ERS-235	0,00	34,64	34,64
Gramado	Entr. ERS-115 (Gramado) – Canela (Fim Trv-Mun)	ERS-235	34,64	42,31	7,67
	Caracol - Entr. ERS-235 (P/ Canela)	ERS-466	0,00	7,22	7,22
	ERS/235, Canela (Fim TRV-Mun) – Entr. ERS-020 (A) (Acesso sul à São Francisco de Paula)	ERS-235	42,31	76,32	34,01
São Francisco de Paula	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) – Acesso Norte à São Francisco de Paula	ERS-020	89,05	95,40	6,35
	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) - Acesso à Três Coroas	ERS-020	67,18	89,05	21,87
Encantado	Entr. RSC-453 (A) (P/ Venâncio Aires) – Entr. ERS-129 (P/ Roca Sales)	ERS-130	69,19	97,27	28,08
	Entr. ERS-130 (P/ Arroio do Meio) - Entr. ERS-441 (Guaporé)	ERS-129	67,55	126,83	59,28
Boa Vista do Sul	Entr. BR-386(B)/ERS-129 (Estrela) – Entr. RSC-470 (A) (Garibaldi)	RSC-453	37,97	96,18	58,21
	Entr. BR-386 (B) (P/ Tabaj) – Entr. RSC-453 (Teutônia)	ERS-128	13,89	30,27	16,38
Cruzeiro do Sul	Entr. RSC-287/ERS-244 (P/ Santa Cruz do Sul) – Entr. ERS-130 (A) (P/ Cruzeiro do Sul)	RSC-453	0,00	29,83	29,83
Coxilha	Entr. ERS-324 (Passo Fundo) – Entr. BR-153 (A) (P/ Erechim)	ERS-135	0,00	78,33	78,33
<b>Total</b>					<b>630,62</b>

Conforme o plano de concessões do Estado do Rio Grande do Sul todas as rodovias que estão sob a administração da EGR devem ser entregues para a iniciativa privada no formato de concessões. Em fevereiro de 2023 foram entregues para a iniciativa privada os trechos das rodovias RSC-240 e RSC-122 que abrangem as praças de Flores da Cunha e Portão.

As demais praças administradas pela EGR, as propostas de concessão estão sendo reavaliadas, sem data prevista para publicação dos editais.

### 2. Base de Preparação

As Demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as normas da comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em xx de xx de xx.

## 2.1. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são preparadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia

## 3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

### 3.1. Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável.

**Receita de pedágio** – As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio pré e pós-pagos, são registrados no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

**Receita de rendimento de aplicações financeiras** – Os rendimentos referentes às aplicações financeiras (SIAC – Sistema de Integrado de Administração de Caixa) são registrados como receita financeira, apropriadas mensalmente, sempre calculadas até o encerramento do mês.

### 3.2. Regime de Contabilização

As receitas e despesas foram apropriadas com base no regime de competência.

### 3.3. Disponibilidades

São compostas pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento de obrigações de curto prazo.

### 3.4. Impostos

Os impostos são calculados de acordo com a Legislação Tributária em vigor. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região em decisão de 1º grau no processo nº 5019554- 33.2014.404.7100/RS, na data de 12/07/2018, reconheceu a aplicação da imunidade recíproca em relação ao IRPJ à EGR, contudo, a decisão foi recentemente revertida no TRF/4 e está pendente de recurso.

### 3.5. Instrumentos Financeiros

A Companhia possui apenas aplicações financeiras no SIAC que registra mensalmente o seu rendimento. A Companhia não possui nenhum outro instrumento financeiro ou contratos de financiando.

### 3.6. Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

### 3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui registrado como ativos intangíveis obras realizadas na malha rodoviária e direitos de uso de softwares, ambos registrados ao custo de aquisição deduzidos da amortização.

A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária, uma vez que o Contrato de Concessão não transfere ao Concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do Contrato de Concessão. O Concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O Concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

### 3.8. Impairment

A Companhia realiza a revisão anual para os ativos tangíveis e na revisão do exercício de 2023 não se constatou necessidade de registrar provisão.

Para os ativos intangíveis não efetuou a revisão, portanto em seu julgamento não identificou mudanças significativas no cenário de atuação que possa justificar uma desvalorização de tais ativos no período. Em função disso optou por não realizar o Impairment sobre esses ativos.

### 3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

### 3.10. Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras a administração pode fazer uso de estimativas para realizar os registros contábeis, caso seja necessário fazer uso de estimativas estas são reconhecidas no exercício e revisadas periodicamente

### 3.11. Gestão de riscos

Os riscos relacionados a possíveis problemas associados a estrutura das rodovias são monitorados por meio de visitas periódicas realizadas por engenheiros e empresas contratadas.

Na sua operação a Companhia tem um pequeno risco de inadimplência que está relacionado diretamente a violação dos pedágios, atualmente a violação representa 0,05% da receita bruta.

## 4. Disponível

As Aplicações Financeiras da Companhia são gerenciadas pela Secretária da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Os valores demonstrados são os valores disponíveis ao final de cada exercício.

Os saldos do disponível estão assim distribuídos.

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
Numerário em Caixa	2.188,72	27,76
Banco Conta Corrente	2.661.654,49	227.648,04
Aplicações	41.450.646,56	16.187.982,61
<b>Total</b>	<b>44.114.489,77</b>	<b>16.415.658,41</b>

## 5. Clientes a Receber

Os valores de Arrecadação de Praças são créditos decorrentes da arrecadação de pedágios realizados por meio de sistemas de pagamento eletrônico utilizados pelos usuários das rodovias administradas pela companhia.

Esses sistemas de pagamento eletrônico permitem a transação automatizada, oferecendo maior conveniência aos usuários e agilidade no fluxo das praças de pedágio. Os valores são apurados com base nos relatórios disponibilizados pelas operadoras desses sistemas, que efetuam a liquidação financeira em prazos estabelecidos contratualmente.

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
Arrecadação das praças	10.637.872,88	10.886.914,20
Outros Valores a receber	5.250,00	3.250,00
<b>Total</b>	<b>10.643.122,88</b>	<b>10.890.164,20</b>

## 6. Depósitos Judiciais Curto Prazo

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
Depósitos Judiciais	315.851,95	20.751,29
<b>Total</b>	<b>315.851,95</b>	<b>20.751,29</b>

## 7. Adiantamentos

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
Adiantamento a fornecedores	128.797,74	125.797,74
Adiantamento a empregados	69.306,31	6.938,30
<b>Total</b>	<b>198.104,05</b>	<b>132.736,04</b>

## 8. Créditos e Valores

Os valores registrados como Valores Rejeitados Indevidamente representam valores registrados no sistema de arrecadação da companhia e não pagos pela gestora de pagamentos eletrônicos. Estes valores estão em cobrança judicial através de ação indenizatória nos processos judiciais que tramitam na 5ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre nº 5051947-19.2018.8.21.0001/RS. Em primeira instância o processo foi julgado improcedente. No exercício de 2019 foram constituídas provisões para possíveis perdas desses processos. A EGR apresentou recurso de apelação e o processo encontra-se aguardando julgamento no TJ/RS.

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
Valores Rejeitados Indevidamente	11.048.423,55	11.048.423,55
Provisão para Perda	(11.048.423,55)	(11.048.423,55)
Despesas Reembolsáveis	2.536,23	2.536,23
<b>Total</b>	<b>2.536,23</b>	<b>2.536,23</b>

## 9. Impostos a Recuperar

Os saldos de impostos a recuperar do exercício de 2023 estão assim distribuídos:

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
IRRF a Recuperar	17.564,29	17.564,29

INSS a Recuperar	129.963,45	129.963,45
ISSQN a Recuperar	2.941,82	2.941,82
CSLL a Recuperar	3.181.423,43	3.181.423,43
IRPJ a Recuperar	11.554.386,16	11.554.386,16
<b>Total</b>	<b>14.886.279,15</b>	<b>14.886.279,15</b>

## 10. Depósitos Judiciais Longo Prazo

A Companhia, através de ação ordinária nº 5019554-33.2014.404.7100/RS está discutindo a imunidade do IRPJ e está efetuando os pagamentos mensais via depósitos judiciais, em conta designada pela justiça. Para evidenciar os valores depositados, efetuou-se o registro no realizável a longo prazo e correspondente obrigação no exigível a longo prazo exposto na nota explicativa de número 16.

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
DJ – Imposto de Renda 2014	3.761.739,60	3.761.739,60
DJ – Imposto de Renda 2015	2.858.073,31	2.858.073,31
DJ – Imposto de Renda 2016	4.091.265,01	4.091.265,01
DJ – Imposto de Renda 2017	1.424.921,18	1.424.921,18
DJ – Imposto de Renda 2018	5.166.265,08	5.166.265,08
DJ – Imposto de Renda 2019	4.376.659,35	4.376.659,35
DJ – Imposto de Renda 2020	3.098.185,91	3.098.185,91
DJ – Imposto de Renda 2022	1.324.719,79	1.324.719,79
ISSQN - Imposto sobre Serviços	17.678.821,25	12.219.895,72
Depósitos Judiciais	124.193,15	124.193,15
<b>Total</b>	<b>43.904.843,63</b>	<b>38.445.918,10</b>

## 11. Imobilizado e Intangível

Os bens adquiridos pela Companhia, estão demonstrados pelo valor do custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear pelas taxas vigentes.

IMOBILIZADO	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo no final do exercício
Móveis e utensílios	153.347,23	21.600,00	(50.399,67)	(1.866,97)	122.680,59
Máquinas	594,09			(R\$ 578,56)	15,53
Equipamentos	1.173.683,31	951.046,45	(431.386,75)	(184.475,59)	1.508.867,42
Computadores e periféricos	564.456,58	186.068,03	(24.167,41)	(337.562,07)	388.795,13
Impressoras	110.881,95	0,00	0,00	(41.172,51)	69.709,44
(-) Perda valor não recuperável	0,00				
<b>Total</b>	<b>2.002.963,16</b>	<b>1.158.714,48</b>	<b>(505.953,83)</b>	<b>(565.655,70)</b>	<b>2.090.068,11</b>

INTANGÍVEL	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo no final do exercício
Software	163,34	0,00	0,00	(163,38)	(0,04)
Imóveis	68.349.663,70	5.050.593,23	(7.157.120,43)	1.960.869,21	68.204.005,71
Obras em andamento	3.458.703,58	5.196.091,09	(8.638.007,80)	0,00	16.786,87

Projetos	3.036.214,11	0,00	0,00	0,00	3.036.214,11
<b>Total</b>	<b>74.844.744,73</b>	<b>10.246.684,32</b>	<b>(15.795.128,23)</b>	<b>1.960.705,83</b>	<b>71.257.006,65</b>
<b>TOTAL IMOB. E INTAGIVEL.</b>	<b>76.847.707,89</b>	<b>11.405.398,80</b>	<b>(16.301.082,06)</b>	<b>1.395.050,13</b>	<b>73.347.074,76</b>

No intangível, na conta de Imóveis e Obras em Andamento, estão registrados valores de obras viárias, tais como acessos, passarelas e duplicações em estradas estaduais, executadas pela Companhia, amortizados a taxa de 4% ao ano nas condições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 04, que trata especificamente sobre este item patrimonial.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço, não seja suficiente para recuperar o investimento, exceto caracterizado os eventos de fato do príncipe, caso fortuito e força maior, caracterizando assim álea econômica extraordinária

Abaixo as taxas de depreciação utilizadas pela Companhia:

	<b>Taxa de depreciação/amortização</b>
Móveis e utensílios	10%
Máquinas	10%
Equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Impressoras	20%
Software	20%
Imóveis	4%
Obras em andamento	0%

### 11.1. Imobilizado Recebido do DAER-RS – Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem

No início de suas operações no ano de 2012, a Companhia utilizou os bens que já se encontravam na estrutura das praças de pedágio, estes bens não foram incorporados ao patrimônio da EGR, pois eles foram cedidos para o uso, mas até o presente momento não foi elaborado nenhum termo oficializando isto, apesar de solicitação da Procuradoria Geral do Estado através do processo administrativo 18049600018289, mesmo não constando no patrimônio da EGR, a gestão destes bens é realizada por empresa contratada especificamente para este fim.

### 12. Obrigações Trabalhistas

As provisões de obrigações trabalhistas são revisadas periodicamente para assegurar que refletem as melhores estimativas da administração, considerando eventuais alterações nas obrigações legais, contratuais ou regulatórias. Essas provisões são calculadas com base nos direitos adquiridos

pelos empregados até a data-base das demonstrações contábeis e incluem os valores relativos a encargos sociais obrigatórios.

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
Provisão de Férias a Pagar	730.220,61	768.221,76
INSS a Pagar	125.875,43	196.562,28
FGTS a Pagar	37.278,05	58.689,62
IRRF a Pagar	116.012,12	151.652,17
AFEGRO	15.789,18	12.571,09
Consignado	16.573,33	16.235,18
<b>Total</b>	<b>1.041.748,72</b>	<b>1.208.369,26</b>

### 13. Fornecedores

As retenções de fornecedores importam em valores que causaram alguma forma de prejuízo direto a empresa causado pelo fornecedor e não estão suportados pelos valores da Caução. Dessa forma a empresa adota o procedimento de reter o valor necessário para cobertura do prejuízo no momento do pagamento.

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
Fornecedores	7.366.333,62	13.419.926,90
Valores Retidos de Fornecedores	5.227.113,84	5.150.424,19
<b>Total</b>	<b>12.593.447,46</b>	<b>18.570.351,09</b>

### 14. Tributos e Contribuições

#### 14.1 Federais

Os tributos federais e contribuições a recolher estão apresentados no passivo circulante das demonstrações financeiras. Os valores são apurados de acordo com a legislação fiscal vigente e reconhecidos quando as respectivas obrigações são incorridas.

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
PIS a Recolher	131.685,24	149.021,81
COFINS a Recolher	607.777,02	687.791,98
IR Terceiros	127.837,29	181.794,84
INSS Terceiros	204.752,07	259.583,64
PIS/COFINS/CSLL Terceiros	724.133,43	1.096.652,39
<b>Total</b>	<b>1.796.185,05</b>	<b>2.374.844,66</b>

#### 14.2 Municipais

O ISSQN sobre o faturamento devido pela Companhia é mensalmente registrado em conta do passivo circulante, e está sendo recolhido em depósito judicial desde NOV/21 pois a matéria está sendo discutida no âmbito jurídico quanto à imunidade tributária através do processo judicial nº 5016668-11.2014.8.21.0001. Pelo princípio da prudência, os valores de 2023, totalizando R\$ 8.699.842,28, foram registrados no passivo que já acumula R\$ 98.903.666,80 referente aos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. Em função de decisão liminar deferida na ocasião da interposição do processo, que suspendeu a obrigatoriedade do pagamento do imposto em 2014, no período de 2014 a 2021 não foram realizados depósitos

judiciais. Com nova decisão modificando a liminar, os depósitos judiciais passaram a ser feitos a partir de novembro de 2021. O processo encontra-se em fase probatória, aguardando decisão. No exercício de 2017 ocorreu decisão judicial favorável a Companhia no município de Candelária, o valor correspondente a esta prefeitura foi baixado da contabilidade em uma conta redutora das deduções no mês em que se deu a decisão.

	<u>31/DEZ/23</u>	<u>31/DEZ/22</u>
ISSQN Terceiros	573.669,87	256.745,43
ISSQN Faturamento	98.903.666,80	90.203.824,52
<b>Total</b>	<b><u>99.477.336,67</u></b>	<b><u>90.460.569,95</u></b>

## 15 Outras Obrigações a Pagar

Em DEZ/18, a Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar a título de remuneração de seus acionistas o crédito de juros sobre o capital próprio apurado com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício, totalizou o valor de R\$ 5.898.589,29 e tramitou a autorização para reconhecimento no processo administrativo PROA 17/0496-0005205-8. Valor registrado na conta Juros Capital Próprio a Pagar pertencente a conta sintética Outras Contas a Pagar. Os demais valores registrados nas Outras Obrigações a Pagar são provenientes do processo de implantação de ERP pela Companhia que necessita da utilização da conta Outras Contas a Pagar como uma conta transitória para a realização da liquidação dos pagamentos.

	<u>31/DEZ/23</u>	<u>31/DEZ/22</u>
Juros s/Capital Próprio a Pagar	5.898.589,29	5.898.589,29
Outras Contas a Pagar	1.319.937,06	1.698.551,51
Adiantamento de clientes	31.694,96	8.001,32
Caução	201.428,62	197.948,57
<b>Total</b>	<b><u>7.451.649,93</u></b>	<b><u>7.803.090,69</u></b>

## 16 Provisões – Tributos Federais

	<u>31/DEZ/23</u>	<u>31/DEZ/22</u>
DJ – Imposto de Renda 2014	3.761.739,60	3.761.739,60
DJ – Imposto de Renda 2015	2.858.073,31	2.858.073,31
DJ – Imposto de Renda 2016	4.091.265,01	4.091.265,01
DJ – Imposto de Renda 2017	1.424.921,18	1.424.921,18
DJ – Imposto de Renda 2018	5.166.265,08	5.166.265,08
DJ – Imposto de Renda 2019	4.376.659,35	4.376.659,35
DJ – Imposto de Renda 2020	3.098.185,91	3.098.185,91
DJ – Imposto de Renda 2022	1.324.719,79	1.324.719,79
Imposto de Renda a Pagar IRPJ	1.345.796,56	-
Contribuição Social Liquida a Pagar	493.126,76	-
CSLL		
<b>Total</b>	<b><u>27.940.752,55</u></b>	<b><u>26.101.829,23</u></b>

A Companhia, através de ação ordinária nº 5019554-33.2014.404.7100/RS está discutindo a imunidade do IRPJ e está efetuando os pagamentos mensais via depósitos judiciais, em conta designada pela justiça. Para evidenciar os valores depositados, efetuou-se o registro no realizável

a longo prazo este demonstrado na nota explicativa de número 10 e correspondente obrigação no exigível a longo.

## 17 Provisão Para Entrega de Praças

No exercício de 2020, em função do plano de concessão de rodovias a iniciativa privada do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, foi constituída uma provisão para fazer face a possíveis perdas por ocasião da desativação da praça com a entrega para a iniciativa privada, uma vez que esse processo de concessão já estava em andamento. O tema foi objeto de discussão e explicação em reunião ordinária do conselho fiscal da companhia em 22 de setembro de 2021. Nos exercícios seguintes, a companhia não observou fatos relevantes que justificassem a modificação da provisão, pois as atuais praças administradas pela EGR, que estão previstas no plano de concessões do Estado do Rio Grande do Sul, estão sendo reavaliadas, sem data prevista para publicação dos editais.

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
Provisão para Entrega de Praças	2.600.000,00	2.600.000,00
<b>Total</b>	<b>2.600.000,00</b>	<b>2.600.000,00</b>

## 18 Patrimônio Líquido

### 18.1.1 Capital Social

O capital social é de R\$ 63.583.815,59 (sessenta e três milhões, quinhentos e oitenta e três mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta e nove centavos), dividido em 31.000.000 (trinta e um milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Capital Social previsto no Estatuto da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. – EGR, publicado em 19 de setembro de 2012 através do Decreto nº 49.593, era de R\$ 1.000.000,00 sendo R\$ 500.000,00 integralizados. Houve a subscrição do capital social em dezembro de 2013 no valor de R\$ 30.000.000,00 com base na Lei nº 14.372 de 13 de dezembro de 2013 e no Decreto nº 51.034 de 17 de dezembro de 2013 e integralizado em 2014.

### 18.1.2 Remuneração dos Investidores

No exercício de 2023 foi aferido lucros de R\$ 5.988.485,61, mas foi decidido não remunerar os investidores, muito por causa da política da Companhia que é de aplicar nas rodovias sob sua administração todos os recursos que arrecada, situação expressa em sua lei de criação LEI N.º 14.033, de 29 de Junho de 2012 no art.7º : "§ 2º A receita referida no inciso I deste artigo será depositada em conta da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR específica para cada praça de pedágio, devendo ser aplicada integralmente nas obras, serviços e demais investimentos na rodovia onde houve a arrecadação, deduzidos custos operacionais e tributários".

### 18.2 Prejuízos Acumulados

A conta Prejuízos Acumulados absorveu o resultado do período. Este resultado será levado a apreciação pela Assembleia Geral da Companhia que deliberará seu destino.

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
Resultado Acumulado Exérc. Anteriores	(38.044.505,91)	-
Resultado do Exercício	5.988.485,61	(38.044.505,91)
<b>Total</b>	<b>(28.939.302,28)</b>	<b>(38.044.505,91)</b>

## 19 Receita Operacional Líquida

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado do exercício é apresentada a partir da receita líquida.

Em função da característica de operação da companhia se faz necessário o esclarecimento de alguns termos utilizados:

- Multipassagem: o veículo que passa mais de uma vez no mesmo sentido dentro das 24hs do dia, a primeira passagem ele paga no sentido as demais não são pagas.
- Violação: ocorre quando o veículo passa pela praça e por algum motivo não realiza o pagamento da tarifa, tais como problema de leitura no controle eletrônico, ou até mesmo fuga do condutor.
- Isento: São usuários pré-cadastrados com amparo a isenção, tais como determinados órgãos públicos.
- Isentado: Ocorre quando o usuário é isentado no ato da passagem devido ao tipo de veículo e ele não possui um pré-cadastro, nesse caso a isenção é realizada no ato da passagem do veículo.

Os valores decorrentes das deduções da receita bruta estão demonstrados a seguir:

	<u>31/DEZ/23</u>	<u>31/DEZ/22</u>
<b>Receita de Arrecadação</b>	<b>224.909.735,28</b>	<b>271.869.140,65</b>
<b>(-) Deduções sobre a receita</b>	<b>(46.420.676,58)</b>	<b>(54.017.534,51)</b>
PIS	(1.293.164,23)	(1.571.839,52)
COFINS	(5.968.471,67)	(7.254.643,91)
ISSQN	(8.699.842,28)	(10.504.593,88)
Isentos	(2.071.724,35)	(2.623.037,70)
Multipassagem	(10.172.731,75)	(11.524.629,90)
Isentados	(18.143.499,85)	(20.489.700,70)
Violação	(71.242,45)	(49.088,90)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>178.489.058,70</b>	<b>217.851.606,14</b>

## 20 Custos dos Serviços Prestados

Os custos operacionais incorridos pela Concessionária refletem os dispêndios necessários para a manutenção da qualidade, segurança e sustentabilidade das rodovias sob concessão. Esses custos estão diretamente associados às obrigações contratuais previstas no contrato de concessão, tais como Manutenção de Pavimentos, Conservação Rodoviária, Sinalização, Gestão Ambiental, Custos de arrecadação e atendimento ao usuário

	<u>31/DEZ/23</u>	<u>31/DEZ/22</u>
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(140.345.224,47)</b>	<b>(229.427.107,90)</b>
	<u>31/DEZ/23</u>	<u>31/DEZ/22</u>
Custos De Operação	140.260.741,70	229.330.898,83
Ressarcimento Para Usuários	75.728,98	89.354,15
Indenização Para Os Usuários	7.462,09	5.812,89
Devolução De Cobrança Indevida	1.291,70	1.042,03
<b>Total</b>	<b>140.345.224,47</b>	<b>229.427.107,90</b>

## 21 Despesas Operacionais

Conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
<b>Despesas Operacionais</b>		
<b>(-) Deduções sobre a receita</b>	<b>(34.911.429,02)</b>	<b>(29.977.034,76)</b>
Despesas Administrativas	(26.570.270,45)	(20.750.904,94)
Despesas com Pessoal	(8.111.158,57)	(8.280.313,13)
Despesas Comerciais	(230.000,00)	(945.816,69)

## 22 Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresenta a seguinte composição:

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>3.573.651,05</b>	<b>4.638.042,00</b>
Remuneração Financeira SIAC	3.499.838,59	3.820.499,11
Descontos Obtidos/Variação Monetária Ativa	73.812,46	817.542,89
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(67.446,50)</b>	<b>(21.672,88)</b>
Encargos e Juros de Mora	(127,41)	(515,57)
Variação Monetária Passiva	(67.319,09)	(21.157,31)

## 23 IRPJ e CSLL

Foi feita a provisão desses tributos, mas a exigibilidade do IRPJ está sendo contestada judicialmente, conforme já mencionado nas notas 10 e 16, através de ação ordinária nº 5019554-33.2014.404.7100/RS e está efetuando os pagamentos mensais via depósitos judiciais, em conta designada pela justiça.

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	1.345.796,56	1.324.719,79
Contribuição Social Lucro Líquido	493.126,76	477.619,12
	<b>1.838.923,32</b>	<b>1.802.338,91</b>

Documento assinado digitalmente



LUIS FERNANDO PEREIRA VANACOR  
Data: 17/12/2024 21:08:57-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luis Fernando Pereira Vanacor  
Diretor Presidente

CPF nº 476.590.680-91

MARCUS EDUARDO PIAS DOS SANTOS  
MARCUS EDUARDO PIAS DOS SANTOS:43034535015  
Data: 2024.12.17 20:08:14 -03'00'

Marcus Eduardo Pias Dos Santos  
Contador CRC/RS 43.300/0-4  
Cpf: 430.345.350-15

1 **ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA EMPRESA GAÚCHA DE**  
2 **RODOVIAS S/A – EGR**

3 **ATA 143**

4 **LOCAL, DATA E HORA:** A reunião ocorreu presencialmente na sede administrativa da  
5 EGR, situada na Av. Borges de Medeiros, n.º 1555, 11º andar, bairro Praia de Belas, na  
6 cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob nº 16.987.837/0001-06 e com NIRE nº 4  
7 43 3 0005511 6, no dia **20 de dezembro de 2024**, às 12h00min. **COMPOSIÇÃO DA**

8 **MESA:** Conselheiros João Ângelo Miron Neto e Rodrigo Schnitzer e de forma presencial.  
9 Como convidados, de forma presencial, o Sr. André Arnt, Diretor Administrativo e  
10 Financeiro da EGR, o Sr. Rafael Pandolfo, Gerente Financeiro da EGR e o Sr. Adriel  
11 Chaves, Gerente Contábil da EGR; de forma virtual, o Sr. Luís Pereira Vanacôr, Presidente  
12 da EGR, e os contadores Sr. Cristiano Melo e o Sr. Rafael Bessa. A Sra. Marielle Lopes  
13 Dutra secretariou a reunião. **I – CONVOCAÇÃO:** os Conselheiros foram convocados

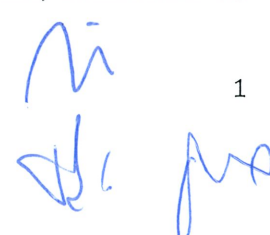
14 através de correspondência eletrônica, na forma do Artigo 15 do Regimento Interno e o  
15 recebimento foi confirmado por e-mail. **II – EXPEDIENTE:** o Conselheiro Presidente  
16 saudou a todos os presentes, bem como declarou instalada a reunião. **III – ORDEM DO**

17 **DIA:** **a)** Apreciação da Ata 142 (27/11/2024); **b)** Aprovação do Relatório da Auditoria  
18 Independente EGR - ANO 2023; **c)** Apresentação da relação dos contratos firmados em  
19 2023; **d)** Assuntos Gerais. **IV - DELIBERAÇÕES:** **a) Apreciação da Ata 142 (27/11/2023):**

20 Foi dispensada a leitura da Ata 142 referente à Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da  
21 EGR ocorrida no dia 27 de novembro de 2024, sendo aprovada por unanimidade. **b)**

22 **Aprovação do Relatório da Auditoria Independente EGR - ANO 2023:** Inicialmente, os  
23 contadores Sr. Cristiano Melo e o Sr. Rafael Bessa, fizeram uma explanação quanto ao  
24 trabalho de auditoria realizado, mais precisamente quanto: **a)** Depósitos Judiciais: valores  
25 provisionados; **b)** discussões tributárias municipais e federais: processos judiciais em  
26 andamento; **c)** melhorias de valores demonstrados desde 2019; **d)** avaliação do intangível.

27 O Sr. André Arnt, Diretor Administrativo e Financeiro da EGR, complementou e esclareceu  
28 alguns pontos mencionados acima. Quanto ao passivo municipal, o conselheiro João  
29 Ângelo Miron Neto questionou a cerca do valor e quanto ao impacto nesse exercício, o  
30 contador Rafael Bessa, respondeu que há um valor de aproximadamente R\$  
31 98.000.000,00, porém não traz relevância/impacto para esse exercício contábil. Assim, os  
32 conselheiros aprovaram, por unanimidade, o Relatório da Auditoria, que foi apresentado de  
33 forma técnica pelos contadores da empresa AWS Auditores Independentes, detentores do

  
1

34 contrato 005/2024 - EGR a partir das demonstrações contábeis elaboradas pelo Melo e  
35 Bessa Associados Escritório Contábil LTDA, conforme objeto do contrato 008/2024 - EGR.  
36 Ressalva-se que a análise dos conselheiros não se ateve a questões de forma técnica e  
37 financeira dos itens que compõem o respectivo relatório. **c) Apresentação da relação dos**  
38 **contratos firmados em 2024:** Não houveram questionamentos ou objeções sobre a  
39 relação apresentada. **d) Assuntos gerais: 1)** O conselheiro Sr. João Ângelo Miron Neto  
40 questionou quanto o saldo atual em caixa da EGR, e o Sr. André Arnt informou que  
41 atualmente está em aproximadamente R\$ 12 milhões. **2)** Quanto ao ingresso de novos  
42 recursos financeiros na EGR, o Luís Pereira Vanacôr, Presidente da EGR, esclareceu que  
43 solicitou à secretaria de parcerias do estado do Rio Grande do Sul o montante de R\$ 63  
44 milhões, sendo que R\$ 45 milhões, tratam-se de valores gastos em contratos e R\$ 18  
45 milhões referente a perda do período com as cancelas levantadas, abertas. Tal recurso  
46 está em análise quanto a utilização do FUNRIGS, e a previsão de resposta é para metade  
47 de janeiro de 2025.**3)** A próxima reunião ficou agendada para dia 20 de janeiro de 2025,  
48 segunda-feira, às 12 horas. **ENCERRAMENTO:** não mais havendo assuntos a serem  
49 tratados, foi dada por encerrada a reunião e dela lavrada a Ata que, após lida e  
50 considerada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros presentes.

51

52

53

54

55   
56 **João Ângelo Miron Neto**  
57 Conselheiro Presidente

57

58

59

60   
61 **Rodrigo Schnitzer**  
62 Conselheiro

62

63

64

65   
66 **Thiago Lorenzom**  
Conselheiro

66

1 **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA**  
2 **GAÚCHA DE RODOVIAS S/A – EGR**

3  
4 **ATA 148**  
5

6 **LOCAL, DATA E HORA:** A reunião foi conduzida na sede administrativa da EGR, no  
7 dia **26/12/2024 às 14hs**. A sede da EGR situa-se na Av. Borges de Medeiros, n.º 1.555,  
8 11º andar, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, nesta capital. **COMPOSIÇÃO DA**

9 **MESA:** O Conselho de Administração da Empresa Gaúcha de Rodovias S/A – EGR,  
10 reuniu-se de forma presencial, sob a presidência do conselheiro, Sr. João Stefan  
11 Machado, de forma virtual, os Conselheiros: e o Sr. Luís Fernando Pereira Vanacôr, Sr.  
12 André Milanezi de Jesus, Sr. Rafael da Cunha Ramos e o Sr. Cezar Augusto Gehm.  
13 Como convidados, de forma virtual, o contador, Sr. Rafael Bessa, o Sr. Rafael Pandolfo,  
14 gerente financeiro da EGR, e o Diretor Administrativo e Financeiro da EGR, Sr. André

15 Arnt. A Sra. Marielle Lopes Dutra secretariou a reunião. **I – CONVOCAÇÃO:** Os  
16 Conselheiros foram convocados através de correspondência eletrônica, na forma do  
17 Artigo 11º do Regimento Interno. **II – EXPEDIENTE:** Constatada a existência de quórum  
18 legal, o Sr. João Stefan Machado, presidente do Conselho de Administração, saudou  
19 a todos os presentes e declarou instalada a reunião, apresentando a pauta do dia. **III –**

20 **ORDEM DO DIA:** Tomar conhecimento, examinar, discutir e deliberar acerca das  
21 matérias que compõem a convocação. **Item 1 - Apreciação da Ata nº 147 – Reunião**

22 **Ordinária realizada em 28/11/2024, às 14h:** Os conselheiros aprovaram por  
23 unanimidade a redação da ATA. **Item 2 – Análise e manifestações Relatório da**

24 **Auditoria Independente EGR - ANO 2023, enviado em 23/12/2024:** o Gerente  
25 Financeiro da EGR, Sr. Rafael Pandolfo, iniciou o tópico relatando que a empresa AWS  
26 Auditores Independentes, detentora do Contrato 005/2024-EGR, foi quem elaborou o  
27 respectivo Relatório de Auditoria, a partir das Demonstrações Contábeis de 2023  
28 elaboradas pelo Escritório Contábil Melo & Bessa Associados, em concordância ao  
29 objeto do Contrato 008/2024-EGR. Junto ao contador Rafael Bessa, o Gerente

30 Financeiro trouxe ao conhecimento dos Conselheiros os 4 pontos de Ressalva e os 2  
31 pontos de Ênfase constantes do Relatório da Auditoria Independente. Em termos de  
32 Ressalvas, constam: 1 – “No ativo circulante, a conta de Contas a Receber apresenta  
33 um saldo de R\$10.631.423,28 (nota explicativa nº 5). Identificamos uma divergência de  
34 R\$3.389.562,66 em relação ao relatório fornecido pelas operadoras. Além disso, não  
35 foram encontradas evidências de que tenha sido realizado o registro de PECLD –

36 Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa, conforme exigido pelo CPC de  
37 nº48. Devido à política adotada, concluímos que o Contas a Receber não está  
38 mensurado ao seu valor real recuperável através da PECLD. Diante disso, não  
39 emitimos opinião sobre este assunto”: Sobre este item, o Diretor-Presidente, o Gerente  
40 Financeiro e o Contador esclarecem que a EGR possui um processo estruturado e  
41 eficiente de conciliação dos recebíveis, inclusive de forma automatizada por meio de  
42 um sistema de terceiros, implementado com o objetivo de identificar eventuais  
43 divergências entre as passagens de veículos registradas e os valores efetivamente  
44 creditados pelas operadoras de meios de pagamento eletrônico. Esse controle interno  
45 rigoroso tem se mostrado eficaz, uma vez que permitiu identificar valores que, embora  
46 devidos, não foram creditados pelas operadoras (OSAs). Esses valores atualmente  
47 estão sendo questionados judicialmente, conforme descrito nas notas explicativas das  
48 demonstrações financeiras. No entanto, ressaltaram que enfrentaram dificuldades no  
49 recebimento de relatórios detalhados e informações precisas diretamente das  
50 operadoras, o que impacta a agilidade na validação de alguns registros. Apesar disso,  
51 a EGR mantém um controle interno rígido sobre os seus recebíveis, o qual está em  
52 permanente evolução, com o objetivo de fortalecer cada vez mais a confiabilidade e a  
53 transparência das informações financeiras apresentadas. Quanto à recomendação de  
54 realização de um estudo para provisão de perdas com clientes inadimplentes,  
55 informaram que a empresa está avaliando as ações necessárias para incorporar  
56 melhorias no processo de análise e monitoramento dessas perdas, visando assegurar  
57 uma gestão financeira ainda mais eficiente e alinhada às melhores práticas de mercado.  
58 Salientaram que 100% dos dados financeiros e de arrecadação da EGR trafegam por  
59 uma rede eletrônica de intercâmbio de dados (EDI - Electronic Data Interchange), que  
60 atua como auditora da integridade dessas informações. Essa solução foi implementada  
61 por meio do processo nº 19/0496-0004515-0, permitindo mitigar riscos associados à  
62 conciliação financeira, ao controle da cobrança automática de pedágios e à gestão da  
63 arrecadação como um todo. Devido ao prazo exíguo do processo de Auditoria  
64 Independente relativa ao exercício de 2023, sobretudo para  
65 apresentação/comprovação dos documentos, o Diretor-Presidente informa que será  
66 instituída Comissão para avaliação e consequente comprovação dos valores  
67 remanescentes (R\$ 3.389.562,66) ao longo do processo de escrituração contábil de  
68 2024. 2 – “Constatamos que não há evidências suficientes e apropriadas que a  
69 Empresa realiza a conciliação dos impostos a recuperar com saldo de  
70 R\$ 14.886.279,15, não foi apresentado relatórios que suportem o número apresentado

71 (nota explicativa n.9). Em face do exposto, não emitimos opinião acerca desse  
72 assunto.”: Sobre este item, o Diretor-Presidente, o Gerente Financeiro e o Contador  
73 Rafael Bessa informam que, em sua maioria, se tratam de tributos federais que estavam  
74 sendo objeto de PERD/COMPs junto à Receita Federal do Brasil desde 2015, em  
75 virtude da apuração e do recolhimento a maior do Imposto de Renda do exercício de  
76 2014, o qual, inclusive, tem a sua imunidade discutida através de ação judicial. No  
77 entanto, a EGR formará Comissão para levantar todas as informações que basearam  
78 a composição desses valores no sistema de ERP CIGAM ao longo dos anos, visto que  
79 se tratam de valores históricos. 3 – “Constatamos que não há evidências suficientes e  
80 apropriadas de que a Empresa efetua conciliação contábil do intangível com saldo de  
81 R\$ 73.347.074,76 (nota 6 explicativa n.11). Não foi realizado o teste do valor  
82 recuperável dos ativos registrados conforme NBC TSP 09 – Redução ao valor  
83 recuperável do ativo não gerador de caixa e NBC TSP 10 – Redução ao valor  
84 recuperável de ativo gerador de caixa, o que não permitiu avaliar a existência de  
85 possíveis perdas de ativos registrados com valor superior àquele passível de ser  
86 recuperado por uso ou venda relativo ao ativo. Em face do exposto, não emitimos  
87 opinião acerca desse assunto.”: o contador Rafael Bessa informou que a EGR não  
88 aplicou o Impairment nos Ativos Intangíveis, baseada no item 78 da NBC TSP 08, que  
89 menciona que reavaliações frequentes não são necessárias no caso de ativos  
90 intangíveis que não apresentem variações significativas em seu valor justo. E, também,  
91 baseada no item 22 da NBC TSP 09, onde a avaliação sobre a necessidade de  
92 aplicação do teste de redução ao valor recuperável (impairment) deve ser realizada  
93 com base em eventuais indicações de que o ativo possa estar sujeito a tal redução. No  
94 encerramento do exercício de 2023, a companhia entendeu que não havia indícios que  
95 indicassem a necessidade de aplicação do teste de impairment sobre os ativos  
96 intangíveis, motivo pelo qual o teste não foi realizado. Contudo, em atenção às  
97 recomendações da auditoria externa e visando o aprimoramento contínuo dos controles  
98 internos e das práticas contábeis, o Diretor-Presidente também destacou que a EGR  
99 revisará os procedimentos adotados e avaliará a efetiva necessidade de aplicação do  
100 teste de impairment, considerando a inclusão de todos os bens. 4 – “Constatamos que  
101 não há evidências suficientes e apropriadas que a Empresa realiza a conciliação dos  
102 fornecedores com saldo de R\$ 5.227.113,84, não foi apresentado relatórios que  
103 suportem o número apresentado (nota explicativa n.13). Em face do exposto, não  
104 emitimos opinião acerca desse assunto.”: O Diretor-Presidente, junto ao Gerente  
105 Financeiro e ao Contador Rafael Bessa, ressalta a relevância das observações

106 realizadas pela auditoria externa e informa que, para o exercício de 2023, todos os  
107 processos relacionados à movimentação financeira e contábil de fornecedores foram  
108 devidamente realizados e encontram-se conciliados. A empresa já possui um sistema  
109 de conciliação de fornecedores implantado, o qual é revisado periodicamente para  
110 garantir a consistência dos saldos e a transparência das informações financeiras.  
111 Contudo, reconheceram que existe uma lacuna na memória e na composição detalhada  
112 dos saldos de fornecedores de exercícios anteriores a 2023. Para sanar essa situação,  
113 a EGR adotará, ao longo da escrituração contábil de 2024, as medidas necessárias  
114 para a recomposição dessa memória, incluindo a revisão documental, a reconciliação  
115 detalhada e a implementação de controles adicionais, caso necessários. Em termos de  
116 Ênfases, constam: 1 – “Conforme delineado nas informações gerais das notas  
117 explicativas, o plano de concessões do Estado do Rio Grande do Sul estipula que todas  
118 as rodovias sob a administração da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) sejam  
119 transferidas à iniciativa privada por meio de concessões. Em fevereiro de 2023, foram  
120 entregues à iniciativa privada os trechos das rodovias RSC-240 e RSC-122,  
121 abrangendo as praças de pedágio de Flores da Cunha e Portão. No entanto, não foi  
122 estabelecida uma data para a conclusão deste plano de concessões. As  
123 demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da  
124 continuidade operacional da companhia. Importa ressaltar que elas não contemplam  
125 eventuais ajustes ou ressalvas que possam advir das incertezas relacionadas ao  
126 andamento do plano de concessões. Este aspecto é relevante para a compreensão das  
127 demonstrações financeiras no contexto atual.”: O Diretor-Presidente reconhece que a  
128 elaboração das demonstrações financeiras da EGR deveria estar diretamente  
129 vinculada à continuidade operacional e à previsibilidade de suas atividades  
130 econômicas. No entanto, a ausência de um plano de concessões atualizado e  
131 devidamente aprovado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul para as rodovias  
132 sob jurisdição da EGR inviabiliza o adequado planejamento financeiro e operacional da  
133 empresa. Essa situação cria um ambiente de incerteza quanto ao futuro das operações  
134 da EGR, o que impacta diretamente a capacidade da Diretoria Executiva de realizar  
135 projeções econômicas confiáveis e de tomar decisões estratégicas fundamentadas. A  
136 Administração da EGR esclarece que, atualmente, o Plano de Concessão das rodovias  
137 estaduais é tratado exclusivamente pela Secretaria da Reconstrução Gaúcha, sem que  
138 a EGR tenha acesso ao Cronograma oficial para concessão das rodovias sob sua  
139 jurisdição. A Diretoria Executiva reforça o seu compromisso com a transparência e a  
140 governança corporativa, mantendo o acompanhamento constante das ações

141 relacionadas ao plano de concessões e comunicando, de forma tempestiva, qualquer  
142 alteração que possa impactar seus resultados ou sua continuidade operacional.  
143 Enquanto o Governo do Estado do RS não formalizar um plano efetivo, a Administração  
144 seguirá monitorando os desdobramentos e adotando medidas para mitigar os riscos  
145 associados a esse cenário de incerteza. 2 – “A companhia está envolvida em disputas  
146 judiciais relativas à imunidade tributária sobre seus tributos federais e municipais,  
147 conforme detalhado nas notas explicativas de números 3.4, 10, 14 e 16. Até a data de  
148 apresentação destas notas explicativas, a empresa mantinha no ativo a quantia de  
149 R\$ 43.904.843,63 em depósitos judiciais, dos quais apenas R\$ 124.193,15 referem-se  
150 a outros depósitos judiciais de naturezas diversas. Em contrapartida, no passivo, há  
151 uma provisão totalizando R\$ 126.844.419,35.”: Sobre este item, o Contador Rafael  
152 Bessa informa que a diferença apontada pela Auditoria Independente se refere aos  
153 valores de ISSQN que estão sendo discutidos judicialmente pela EGR. O ISSQN sobre  
154 o faturamento devido é mensalmente registrado em conta do passivo circulante, e está  
155 sendo recolhido em depósito judicial desde NOV/21, pois a matéria está sendo discutida  
156 no âmbito jurídico quanto à imunidade tributária através do processo judicial nº  
157 5016668-11.2014.8.21.0001. Em função de decisão liminar deferida na ocasião da  
158 interposição do processo, que suspendeu a obrigatoriedade do pagamento do imposto  
159 em 2014, no período de 2014 a 2021 não foram realizados depósitos judiciais, fazendo  
160 com o que o passivo reconhecido seja maior que os depósitos judiciais efetuados. Com  
161 nova decisão modificando a liminar, os depósitos judiciais passaram a ser feitos a partir  
162 de novembro de 2021. O processo encontra-se em fase probatória, aguardando  
163 decisão. Assim, após debates, o Diretor-Presidente reforçou que a EGR já está  
164 tomando as medidas para esclarecer todos os fatos contábeis apresentados nas  
165 ressalvas no relatório da auditoria independente da empresa AWS Auditores  
166 Independentes. O Conselho reforça a importância da constituição de uma comissão  
167 multidisciplinar para corrigir os fatos apontados. Por fim, o conselho aprova o relatório  
168 da auditoria independente do ano de 2023 e recomenda que a diretoria da EGR  
169 apresente um cronograma para a próxima reunião do conselho, contendo as ações a  
170 serem tomadas para esclarecer ou corrigir os fatos. **Item 3 – Aprovação pagamento**  
171 **Honorários Advocatícios conforme: a) Luiz Fernando Záchia – 24/0496-0000662-**  
172 **3, b) André Arnt – 24/0496-0000663-1:** O Sr. Luís Fernando Vanacôr, Presidente da  
173 EGR, apresentou os Processos Administrativos referente ao pagamento de honorários  
174 advocatícios do Ex-Presidente da EGR, Sr. Luiz Fernando Záchia e do atual Diretor  
175 Administrativo e Financeiro da EGR, Sr. André Arnt, referente ao período de 01/08/2022

176 a 31/08/2022, e expôs que o processo, junto ao TCERS, se trata de multa por  
177 pagamento de impostos atrasados. Assim, conforme Resolução nº 72 da EGR, os  
178 Processos Administrativos passaram pela Assessoria Jurídica da EGR, que expressou  
179 entendimento de que a causa pleiteada, de ambos diretores, está diretamente  
180 relacionada ao exercício da atividade  
181 pública da EGR e o período corresponde ao exercício de suas atribuições no cargo,  
182 tanto de Diretor-Presidente, quanto de Diretor Administrativo e Financeiro da EGR.  
183 Após considerações, foi aprovado por unanimidade o pagamento do custeio da defesa  
184 jurídica, conforme tabela da OAB. **Item 4 – Processos Recondução Diretoria**  
185 **Administrativa e Financeira – PROA 19/1800-0000737-2:** A recondução da qual se  
186 trata é referente ao período Agosto/2023 a Agosto/2025, do cargo de Diretor  
187 Administrativo e Financeiro. A mesma foi enviada à Secretaria de Logística e  
188 Transportes – SELT, pela Casa Civil para ser analisada e apreciada, sendo aprovada  
189 a recondução do diretor, Sr. André Arnt. Após, foi encaminhado para o Comitê de  
190 Elegibilidade da EGR, que analisou a documentação apresentada, entendendo que o  
191 diretor se encontra elegível para o cargo, sendo, o processo, remetido para a  
192 Procuradoria Geral do Estado – PGE, para decisão final acerca do preenchimento dos  
193 requisitos e da ausência de vedações, a qual se manifestou que não há objeções  
194 jurídicas quanto a recondução do diretor. Sendo assim, foi encaminhado para o Chefe  
195 do Poder Executivo para prosseguimento no feito, após exarado parecer do Procurador  
196 do Estado. O Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Eduardo Leite indicou  
197 o respectivo diretor para o cargo da Diretoria Administrativa e Financeira, para  
198 recondução por este Conselho de Administração, o qual após deliberação foi aberta a  
199 votação, sendo aprovada por unanimidade e, sem oposição, pelos conselheiros  
200 presentes a recondução do Sr. André Arnt, como Diretor Administrativo e Financeiro da  
201 EGR. **Item 5 - Assuntos Gerais:** Quanto ao ingresso de novos 42 recursos financeiros  
202 na EGR, o Luís Pereira Vanacôr, Presidente da EGR, esclareceu que solicitou à  
203 Secretaria da Reconstrução Gaúcha do estado do Rio Grande do Sul o montante de  
204 R\$ 63 milhões, sendo que R\$ 45 milhões, tratam-se de valores gastos em contratos e  
205 R\$ 18 milhões referente a perda do período com as cancelas levantadas, abertas. Tal  
206 recurso está em análise quanto a utilização do FUNRIGS, e a previsão de resposta é  
207 para metade de janeiro de 2025. **Próxima Reunião:** A próxima reunião ficou agendada  
208 para o dia 23 de janeiro de 2025. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado,  
209 foi dada por encerrada a reunião e dela lavrada a Ata que, após lida e considerada  
210 conforme, foi assinada por todos os Conselheiros presentes.



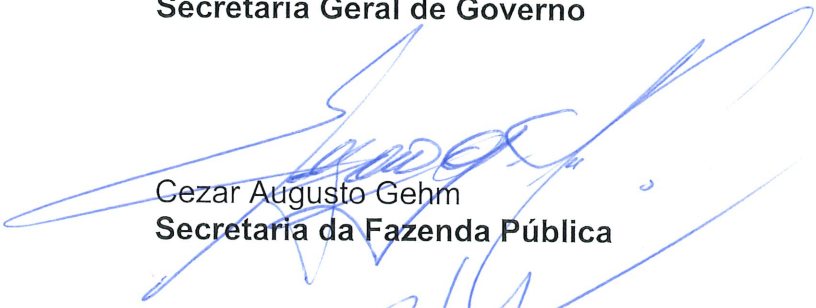
João Stefanés Machado- Presidente  
**Secretaria de Logística e  
Transportes**



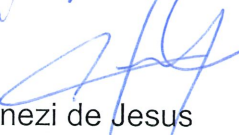
Luís Fernando Vanacôr  
**Diretor-Presidente da EGR**



Rafael da Cunha Ramos  
**Secretaria Geral de Governo**



Cezar Augusto Gehm  
**Secretaria da Fazenda Pública**



André Milanezi de Jesus  
**Secretaria de Desenvolvimento  
Econômico**